

Teologia e Comunicação: reflexões sobre o tema

Pedro Gilberto Gomes, SJ

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor
Aloysio Bohnen, SJ

Vice-reitor
Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor
Inácio Neutzling, SJ

Diretora adjunta
Hiliana Reis

Gerente administrativo
Jacinto Schneider

Cadernos Teologia Pública

Ano 2 – Nº 12 – 2005
ISSN 1807-0590

Responsável técnica
Cleusa Maria Andreatta

Revisão
Mardilê Friedrich Fabre

Secretaria
Caren Joana Sbabo

Editoração eletrônica
Rafael Tarcísio Forneck

Impressão
Impressos Portão

Editor

Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

Conselho editorial

Prof. Esp. Águeda Bichels – Unisinos
Prof. Dra. Cleusa Maria Andreatta – Unisinos
Prof. MS Dármis Corbellini – Unisinos
Prof. MS Laurício Neumann – Unisinos
MS Rosa Maria Serra Bavaresco – Unisinos
Esp. Susana Rocca – Unisinos
Prof. MS Vera Regina Schmitz – Unisinos

Conselho técnico-científico

Prof. Dra. Edla Eggert – Unisinos – Doutora em Teologia
Prof. Dr. Faustino Teixeira – UFJF-MG – Doutor em Teologia
Prof. Dr. José Roque Junges, SJ – Unisinos – Doutor em Teologia
Prof. Dr. Luiz Carlos Susin – PUCRS – Doutor em Teologia
Prof. Dra. Maria Clara Bingemer – PUC-Rio – Doutora em Teologia
Prof. MS Maria Helena Morra – PUC Minas – Mestre em Teologia
Prof. Dra. Maria Inês de Castro Millen – CES/ITASA-MG – Doutora em Teologia
Prof. Dr. Rudolf Eduard von Sinner – EST-RS – Doutor em Teologia

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Instituto Humanitas Unisinos
Av. Unisinos, 950, 93022-000 São Leopoldo RS Brasil
Tel.: 51.5908223 – Fax: 51.5908467
www.unisinos.br/ihu

Cadernos Teologia Pública

A publicação dos Cadernos Teologia Pública quer ser uma contribuição para a relevância pública da teologia. A teologia como função do reino de Deus no mundo se desenvolve na esfera pública como teologia pública. Ela participa da vida pública da sociedade com a qual se compromete crítica e profeticamente, na perspectiva do reino de Deus que vem. Os desafios da vida social, política, econômica e cultural da sociedade, hoje, especialmente, a exclusão socioeconômica de imensas camadas da população, no diálogo com as diferentes

concepções de mundo e as religiões, constituem o horizonte da teologia pública. Os Cadernos Teologia Pública, sob a responsabilidade do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, se inscrevem nesta perspectiva. Eles são fruto da realização do *Simpósio Internacional O Lugar da Teologia na Universidade do Século XXI*, ocorrido, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, de 24 a 27 de maio de 2004, celebrando a memória do nascimento de Karl Rahner, importante teólogo alemão do século XX.

Teologia e Comunicação: reflexões sobre o tema¹

Pedro Gilberto Gomes, SJ

1. Relação Comunicação/Teologia

A relação entre a comunicação e a Teologia ainda não está totalmente esclarecida no pensamento da Igreja. Normalmente, quando se fala nesta relação, o que vem à mente é a estruturação de uma “teologia da comunicação”, na tradição corrente de pôr a teologia em tudo. É a chamada “teologia do genitivo”. Por um lado, a tendência tem as suas vantagens, pois procura refletir teologicamente sobre uma realidade muito importante para a vida humana: a comunicação. Por outro lado, isso pode estar

significando que uma realidade tão profundamente humana, como a comunicação, deva ser “batizada” para ter a sua dignidade reconhecida. É, portanto, necessário que se elabore uma “teologia da comunicação”.

O problema se agrava quando, apesar de todas as conquistas, os documentos oficiais, ao falarem de comunicação, são incapazes de partir da realidade. Seu ponto de partida é sempre a doutrina: a Trindade, o Pai, Jesus Cristo (visto como o comunicador perfeito). Depois vêm as aplicações práticas e as incidências na vida das pessoas².

-
- 1 Este texto foi apresentado em oficina realizada no *Simpósio Internacional O Lugar da Teologia na Universidade do Século XXI*, promovido pelo Instituto Humanitas Unisinos, São Leopoldo, RS, 25 de maio de 2004.
 - 2 Este é o caso, por exemplo, do documento de São Domingos quando, na parte que fala da comunicação social (ponto 3.5), primeiro faz uma “Iluminação Teológica” (nº 279). Paradoxalmente, um documento da Santa Sé, *Aetatis Novae*, rompeu com esta tendência, ao partir da realidade da comunicação social.

Tendo em vista esta realidade, optamos por falar aqui de “relação entre comunicação e teologia”, em lugar de “teologia da comunicação”. Afirma um documento que “o estudo das relações entre Teologia e comunicação é recente e os resultados, até agora, precários e escassos”³. Entretanto, reconhece que se pode “encontrar, na história da Teologia, importantes elementos dirigidos para essa temática, desde as reflexões de Santo Agostinho a respeito do signo até a problemática levantada pela Teologia da Libertação, voltada para o que se chama de **Comunicação Libertadora**. Os medievais interessaram-se pelo universo lingüístico e nunca faltaram, na reflexão teológica, considerações bastante desenvolvidas sobre o lugar do símbolo na comunicação da mensagem cristã. Nestas últimas décadas, sobretudo a partir de Medellín, depois Puebla, registra-se grande esforço em aprofundar a temática da comunicação na América Latina”⁴ O próprio Departamento de Comunicação Social do Conselho Episcopal Latino-americano (DECOS-CELAM) publicou, em

1984, um trabalho teológico-pastoral sobre o tema da comunicação⁵.

A importância do estudo da comunicação em sua relação com a Teologia se evidencia pelo desenvolvimento da “ciência da comunicação” no mundo contemporâneo. Isso acontece e aconteceu principalmente a partir dos postulados da Teologia da Libertação que “abriu o debate sobre as relações entre a Igreja e a sociedade, de maneira contundente, utilizando subsídios provenientes das ciências sociais, desembocando no que se conhece por *opção preferencial pelos pobres*”⁶.

Partindo de uma visão de classes da sociedade, percebeu-se “que a comunicação, vista como processo, não pode ser estudada fora dessa perspectiva e desse contexto e que se sujeita, também, ao mecanismo de subserviência aos poderosos e aos interesses que dominam na sociedade”⁷.

É fundamental considerar que a Teologia não parte de idéias, mas da experiência histórica do povo de Israel e da comunidade cristã primitiva. Por isso, fundamen-

3 UCBC. *Comunicação, Teologia e Libertação*. São Paulo: Loyola, 1985, p.16.

4 Idem, p.16.

5 DECOS-CELAM. *Para uma Teologia da Comunicação*. Petrópolis: Vozes, 1984.

6 UCBC, op. cit., p. 17.

7 Idem, ibidem.

ta-se na fé, para aceitar a promessa recebida de Deus pelo povo de Israel e pela comunidade cristã primitiva de um “novo céu e de uma nova terra”(Ap 21,1), de uma sociedade nova, de justiça e de amor, libertada não só do pecado e da morte, mas também de todas as formas de violência, opressão e injustiça⁸.

Ora, “é a partir dessa fé, fundamentada na promessa de Deus, que a Teologia da Libertação se constitui como instrumento crítico da comunicação no tempo presente e pode, partindo das experiências das contradições inerentes à forma e à estrutura da sociedade atual, chamar os cristãos e os não-cristãos a trabalharem pela implantação da comunicação sem violência e sem censura, em nosso mundo, e estabelecer a situação de comunhão e amor que o evangelho anuncia”⁹. A Teologia da Libertação, ao tratar da comunicação, projeta como modelo a imagem do Reino de Deus, que necessita ser construído aqui e agora. Isso não é uma tarefa fácil, pois é conquista

da comunidade organizada. “Tanto as estruturas como as pessoas precisam da força libertadora do evangelho para que o mundo venha a ser humano e a comunicação, plena”¹⁰.

2. Fundamentos teológicos da comunicação

Tendo presente esta necessária relação entre comunicação e Teologia, cabe indagar pelos fundamentos teológicos para uma comunicação adequada ao projeto de Reino que se tem.

Os ângulos de entrada para esta problemática são os mais diversos. Depende, inclusive, da visão teológica que se afirme. Nestas reflexões, tomemos o caminho bíblico, analisando as relações de Deus com o povo como relações de comunicação, mesmo quando eivadas de negação¹¹.

8 Cf. Idem, *ibidem*.

9 Idem, *ibidem*.

10 Idem, p. 18.

11 As reflexões deste ponto serão todas tomadas do livro: GOMES, Pedro Gilberto. “...*Deus rompeu o silêncio!*” 2. ed. São Paulo: Paulinas, 1980. Idéias semelhantes encontram-se em GOMES, Pedro Gilberto. *Direito de Ser. A ética da comunicação na América Latina*. São Paulo: Paulinas, 1989. p. 75-97.

A. A ação do Pai

Se nosso olhar se debruçar sobre o relato bíblico do Antigo Testamento, veremos, nas relações de Deus com o povo de Israel, uma dialética comunicativa entre um Deus que salva e um mundo pecador. A comunicação de Deus com as pessoas, experimentada como força irresistível, leva-as à comunicação entre si. Entretanto, ao mesmo tempo que, do profundo de seus seres, anseiam pela comunicação, experimentam, em si próprias, o bloqueio à comunicação, ocasionado, em termos religiosos, pelo pecado. Deste modo, em todo o processo comunitário entre Deus e o povo, notamos a dialética da comunicação/incomunicação; comunicação permanente da parte de Deus; incomunicação freqüente da parte dos seres humanos. Incomunicação esta conseqüência da ambigüidade da natureza humana, fruto do pecado.

A dinâmica, no Antigo Testamento, é esta: Deus oferece a comunicação. O povo rompe a comunicação. Deus torna a oferecer a comunicação. Vejamos mais de perto isso.

a. A iniciativa de comunicação

Sempre que há um diálogo, uma comunicação entre dois seres livres, é necessário que um deles tome a

iniciativa. No caso que nos ocupa, a iniciativa, gratuita e livre, é de Deus, como uma oferta do Criador à sua criatura. A comunicação de Deus, entretanto, não é uma palavra vazia, mas preñhe de significados e criadora de vida. É gesto, é ação.

Nunca dita inutilmente, sem conteúdo, a palavra que o Senhor profere é criadora. Por isso, no relato bíblico, a primeira manifestação divina registrada é a própria criação. No momento em que “disse” a sua palavra, as coisas foram feitas. Através do sopro de seu Espírito, o mundo que antes não era, passou a existir. Onde não havia vida, a palavra criadora de Deus fê-la existir. O máximo deste primeiro processo comunicativo foi a criação do homem e da mulher, quando o Senhor falou: “Façamos o homem à nossa imagem e semelhança” (Gn 1,26). Imagem e semelhança, porque também ele capaz de criar, de amar e se comunicar. A partir de sua criação, os seres humanos, por meio da linguagem, criam e recriam um mundo de sentido.

Deste modo, a palavra de Deus rompe o silêncio da eternidade, quebra o gelo do “sempre” e se torna o elo de ligação entre o criador e a criatura. Deus chama o homem e a mulher para conviverem com ele, para serem seus colaboradores na organização deste mundo caótico que necessita de ordenação. Porque chama, eles exis-

tem. A palavra dialogal de Deus é criativa: faz surgir a vida; faz surgir nova criatura. Faz surgir o mundo!

O segundo momento criativo corporifica-se na escolha de um povo. A ação de Deus não se detém na criação, mas perpassa os séculos. Depois do espraiamento de seu amor profundo, que o leva a comunicar-se e a criar, Deus particulariza sua comunicação num homem que escolhe para ser o gérmen de um povo. A Palavra chama Abraão que muda de nome. É ABRAÃO, pai de muitos povos. Este deixa tudo o que tem e parte como um peregrino em busca da terra que a Palavra do Senhor lhe promete. Abraão sabe que esta palavra é capaz de fazer fértil e produtivo um ventre estéril e de um adorador de muitos deuses, um fiel seguidor do Deus Vivo.

A escolha de um povo é diálogo, é comunicação, porque toda Aliança pressupõe pelo menos duas pessoas. Duas pessoas que realizam um compromisso entre si. Ela é um acordo pessoal. No caso da escolha de um povo por Deus, esta comunicação começou de maneira muito simples e humilde. Um Deus pessoal e um homem que seria o pai de um grande povo. Com Abraão começou a história do Povo. Por isso, sempre que Deus se dirige a Abraão, lembra a história:

“Eu sou o Senhor que te fiz sair de Ur da Caldéia para dar-te esta terra” (Gn 15,7).

Lembra-o da obrigação:

“Guardarás a minha Aliança” (Gn 17,9).

Lembra a bênção que derramou sobre ele:

“Farei de ti uma grande nação e te abençoarei”

(Gn 12,2).

A partir de Abraão, cuja circuncisão é o sinal desta Aliança, Deus permaneceu em constante comunicação com o povo que escolhera.

A ação de Deus, porém, foi mais longe. Sua comunicação escolheu um povo e agora vai agir mais profundamente neste povo errante e não constituído como tal. É a terceira grande manifestação comunicativa de Deus: o processo de libertação.

O povo sofria a opressão em terra do Egito. O faraó dominava aquelas pessoas que, um dia, para lá foram em busca de alimentos e proteção, graças à atuação de José. Os tempos mudaram. A situação é de conflito e opressão. Lembrado de sua promessa, de sua Aliança, Deus se manifesta a Moisés no deserto:

“Vi a aflição do meu povo” (Ex 3,7).

Mais uma vez a comunicação de Deus se manifesta em gestos concretos. Por meio de Moisés, articula a libertação do povo da opressão do Egito. No diálogo que se trava entre Deus e Moisés, este indaga sobre a identidade do Deus que o envia. A resposta é pronta: ele

é o Deus dos pais do povo. O Deus de Abraão, de Isaac e de Jacó. Mas Moisés insiste: quer saber o nome de Deus, que diz: “Eu sou aquele que sou; eu sou aquele que serei”.

Nesta comunicação do nome, ao mesmo tempo que afirma que o povo não o pode nomear nem manipulá-lo, Deus afirma também que o povo o conhecerá na medida de sua ação em favor dele. Por isso diz: “Eu sou aquele que serei”. Serei aquele que vos libertará do Egito; aquele que vos acompanhará no deserto; aquele que vos dará uma terra, outrora prometida a vossos pais.

A ação de Deus, como libertador do povo, não termina com a saída do Egito. Ela prossegue na jornada através do deserto, rumo à terra prometida.

Neste breve recorrido, vê-se que a iniciativa de comunicação é de Deus. O processo comunicativo que se estabelece se expressa numa práxis concreta e exige, em contrapartida, também uma práxis concreta do povo.

b. A recusa da comunicação

Se bem que criado para a comunicação, só nela realizando-se plenamente como pessoa, desde os primórdios, os homens e as mulheres experimentaram a ambigüidade de sua condição: à dinâmica do diálogo

contrapõe-se uma força que os leva a fecharem-se egoisticamente em si.

Esta ambigüidade torna-se mais aguda quando os seres humanos se fecham sobre si mesmos, renegando a sua própria condição de seres abertos para o outro; renegam a sua condição de seres relativos, que necessitam do outro para se realizarem, e se arvoram em seres absolutos. Querendo ser “como Deus” (cf, Gn 3,5), os seres humanos rompem a ligação que os vincula ao Criador.

Esta mesma dinâmica, que nega a alteridade, levou Caim a quebrar a fraternidade com Abel pelo assassinato. O mais grave da situação reside no fato de Caim perguntar: “Acaso sou eu o guarda do meu irmão?” (Gn 4,9).

Deste modo, além de romper a fraternidade, cercar a comunicação de modo definitivo (a morte do interlocutor), ele renega a responsabilidade para com aquele que o revela a si mesmo; para com aquele que, dialogando com ele, torna-se seu revelador.

Mas a história da ambigüidade humana continua. Na medida em que se desenvolvem, as pessoas vão criando estruturas que as afastam do encontro e da comunicação. A mais emblemática é a Torre de Babel, que termina em confusão, sem a menor chance de entendimento entre os seres humanos.

No Êxodo, quando o processo comunicativo de Deus atinge um profundo e alto grau, com o gesto de libertação e a Aliança no Sinai, também a ambigüidade humana aflora. Primeiramente, o povo deseja voltar ao passado, quando chora “as cebolas do Egito”(Cf. Num 11,5). Depois, faz para si um bezerro de ouro, enquanto Moisés está no Monte (Cf. Ex 32,1). Esquecendo o Deus da promessa, fabrica para si um deus incapaz de salvar, manipulável.

O processo da comunicação/incomunicação acentua-se, tremendamente, na história do povo de Israel, quando da posse da Terra Prometida. Embora a Aliança seja uma iniciativa gratuita de Deus, ela supõe uma resposta livre da pessoa, numa relação tu a tu. A comunicação acontece entre dois seres livres que permanecem profundamente íntegros na sua individualidade; entre dois sujeitos.

Ora, a tendência do povo era sempre manipular Deus, tornando-o um objeto à sua disposição. Esta tentativa de manipular o imanipulável expressa-se nas relações sociais e nos processos comunicacionais que se estabelecem. A sociedade apresenta as desigualdades provenientes da falta de comunicação quando o outro é objetivado e deixa de ser sujeito do processo. Destroem-se todos os caminhos para se manterem abertos os

canais de comunicação com o transcendente e com o outro. Objetiva o interlocutor, manipulando-o, cortando a comunicação. A memória morre, e Javé é uma palavra morta.

Desta maneira, a Palavra, que rompera o silêncio da eternidade, não encontra eco no coração humano. A práxis concreta, que evidencia uma resposta ao apelo-promessa de Javé, é menosprezada e esquecida na vida cotidiana de Israel.

Mas, como diz São Paulo, Deus é fiel. “Tal como a chuva que cai do céu e para lá não volta sem ter fecundado a terra e feito germinar as plantas” (Is 55,10-11), assim é a palavra que o Senhor profere. Para ele não volta sem ter feito acontecer libertação, diálogo.

c. A proposta de comunicação se mantém

Mesmo com o povo rompendo a comunicação constantemente, Deus mantém a proposta de comunicação feita no início. De várias maneiras, Deus procura reatar o processo rompido. Num primeiro momento por meio dos juizes que, socorrendo o povo nas suas necessidades, mostravam qual era a vontade de Deus a respeito do seu povo.

Mais tarde, apareceram os profetas, homens que falavam em nome de Deus, proclamando a sua vontade,

interpretando a sua palavra. Eram os mensageiros do Senhor. Sua missão era recolocar o povo no caminho do diálogo com Deus, no caminho da comunicação, no caminho da Aliança. Realizar esta missão envolvia dois enfoques no processo comunicativo. Em primeiro lugar, significava denunciar os fatos que concorriam para a quebra da comunicação no meio do povo. A injustiça campeava em Israel. Ora, num contexto de injustiça não há lugar para um processo de comunicação livre e democrático. Em segundo, a missão envolvia o anúncio da Palavra de Deus, lembrando a Aliança e conclamando o povo à conversão. O profeta falava ao povo em nome de Deus, que punha sua palavra nas suas bocas (cf. Jr 1,9-10).

B. A ação do Filho

Quando chegou a plenitude dos tempos (cf. Hb 1,1-2), Deus não mais falou por intermediários com o povo. Ao contrário, levou ao extremo a sua proposta comunicativa, enviando seu próprio Filho, como Palavra Eterna. Ele não é um mensageiro a mais como os profetas, mas o Verbo vivo do Pai. Não fala do que ouviu dizer, mas do que conhece e vive. Só ele pode falar do Pai, porque o viu e sempre existiu no seio do Pai.

a. Cristo, a Palavra do Pai

Contudo, para ser dita ao mundo, a Palavra do Pai precisa ser colocada ao nível dos homens, a fim de que possa ser entendida, pois, em todo processo de comunicação entre os seres humanos, se faz necessário que haja condições objetivas que possibilitem a sua realização. Ora, como a mediação comunicativa entre as pessoas dá-se por meio do corpo, em primeiro lugar exige-se a encarnação. Encarnação que significa, ao mesmo tempo, assumir um corpo e colocar-se na mesma condição daquele com o qual se quer dialogar.

Encarnado, Jesus vai falar uma linguagem das pessoas humanas, com todas as suas limitações. A comunicação de Jesus sofre das mesmas ambigüidades da comunicação humana. A primeira delas é ser entendida por uns e ignorada por outros. Toda comunicação humana, pelo fato de ser histórica e necessitar de um corpo para a sua realização, sofre as limitações humanas. Os conceitos são ambíguos; as palavras, fracas para exprimir toda a realidade que se quer transmitir; e os gestos são passíveis de mais de uma interpretação.

Pela Encarnação, Cristo assumiu o risco de usar uma linguagem sabidamente insuficiente e limitada. Com esta linguagem, anuncia o Reino de Deus aos ho-

mens e mulheres num mundo conflitivo que possuía deste Reino uma pré-compreensão deturpada pelo correr dos séculos. Esta pré-compreensão deturpada é o primeiro obstáculo que enfrentará; a primeira ambigüidade que condicionará a sua mensagem.

Assim como no Antigo Testamento a comunicação de Deus se manifestava por gestos concretos de salvação, do mesmo modo a comunicação de Cristo ao povo é apresentada por gestos concretos de salvação e libertação (cf. Lc 4,18-19).

Entretanto, a comunicação realizada por Jesus não é algo pronto. Ela se constitui na medida em que a vida dele se explicita. Quanto mais ele vive, mais se intensifica o conflito gerado por suas palavras e por seus gestos. Estes gestos exigem do povo uma resposta, uma decisão. Mas, porque são gestos humanos, sua percepção está profundamente marcada pela ambigüidade que caracteriza a atitude humana frente a Deus. Conseqüentemente, a resposta exigida na liberdade não será unívoca. Ao contrário, será diversa e conflitiva, trágica por sua própria natureza.

b. Morte: a resposta humana

A resposta humana à proposta de Deus por meio de Jesus é ambígua. Uns aceitam; outros rejeitam. O mo-

mento da rejeição é caracterizado no evangelho de João pela entrada em Jerusalém, quando os gregos pedem para ver Jesus, e este responde que “se o grão de trigo que cai na terra não morrer, permanecerá só; mas, se morrer, produzirá muito fruto” (Jo 12,24).

A hora da decisão chegara. Os judeus rejeitam a Palavra. Os gregos – representando todos os povos – aceitam e querem ver Jesus.

Agora, quando se dá a comunicação plena de Deus, na qual Jesus vive a fraternidade num mundo de conflito e que o leva à cruz, a rejeição humana se dá por duas razões (as mesmas do Antigo Testamento): por criticar as estruturas injustas, tanto religiosas quanto políticas; e por tornar presente a absolutidade de Deus frente aos ídolos religiosos e políticos.

Assim como à comunicação de Deus no Antigo Testamento o povo respondeu rompendo o processo, do mesmo modo, agora, chegada a plenitude dos tempos, houve um rompimento da parte do povo. Resta saber se a fidelidade permanece e se sua proposta comunicativa também permanece.

c. Ressurreição: a confirmação da proposta

A última palavra a respeito da vida de Jesus foi dita por Deus. A ressurreição é a palavra definitiva. Nela

se afirma que nem os judeus nem os romanos interpretaram corretamente a palavra de Deus vivo. Com a ressurreição, Deus afirma que Jesus falou a verdade. Somente ele conhece e pode falar verdadeiramente sobre Deus. Ele é o Deus que é Pai, porque liberta criando fraternidade; liberta com base no pobre e no oprimido; liberta com base no crucificado. Esta é a comunicação de Deus. Portanto, o silêncio da cruz, quando Deus se escondeu, torna-se palavra que grita na ressurreição.

Em vista disso, a ressurreição se torna a chave hermenêutica de interpretação de toda a vida de Jesus. Ela diz que a vida de Jesus não terminou com a morte. Ao contrário, Jesus viveu e anunciou o Reino de Deus e por isso morreu. Ao ressuscitar Jesus, Deus demonstra que tomou partido de um crucificado, confirmando a missão por ele realizada. A última palavra sobre a vida de Jesus foi dita por Deus. Numa ação que antecipa o fim dos tempos, o Pai proclama que Jesus tinha razão, que o processo comunicativo por ele iniciado era verdadeiro.

A morte, palavra humana a respeito da vida de Jesus, foi vencida. A ressurreição foi a palavra definitiva a respeito de sua vida e atuação. Com a ressurreição de Je-

sus, aconteceu a síntese da dialética. Deus mantém a comunicação com a pessoa humana, apesar de esta ter recusado ouvir a palavra divina, matando Jesus.

C. A Comunidade Comunicativa

A comunicação de Deus por meio de Jesus Cristo que, ao ser rejeitada pelo povo, ocasionou a sua morte na cruz, foi ratificada pela ressurreição do crucificado. Este processo comunicativo agora deve continuar através da história até a segunda vinda daquele que foi crucificado em nome da comunicação de Deus. O diálogo deve permanecer. Ele é mantido justamente por aquele punhado de pessoas que, ao colocarem a sua confiança em Jesus de Nazaré, testemunham ao povo que Deus o ressuscitou dos mortos. Este grupo é a Igreja que, em nome de Deus e a partir de Cristo, continua e mantém a comunicação.

a. A palavra no Espírito Santo

João, ao organizar o material que compõe a comunicação da despedida de Jesus¹², coloca-o em muitos lugares e momentos, afirmando que enviaria sobre os

12 Este material encontra-se nos capítulos 14 a 17 de Evangelho de João.

discípulos o Paráclito que lhes ensinaria e recordaria tudo aquilo que ele lhes havia dito.

Depois da ressurreição, os discípulos passaram a ter uma nova experiência: descobriram que a vida de Jesus não acabara com a sua morte. A partir desta experiência, eles reinterpretaram a vida de Jesus com uma nova categoria, ao mesmo tempo que mudavam a sua autocompreensão. Por isso, despertam para a dimensão da missão e ganham coragem para professar a sua fé. Descobrem agora uma novidade: possuem coragem para pregar, para enfrentar a ordem estabelecida; coragem para anunciar com todas as forças que Jesus foi a última palavra de Deus a respeito da salvação; coragem para continuar dizendo a palavra de Jesus. Esta experiência eles a expressam na categoria do Espírito. Este Espírito, prometido por Jesus, desce sobre eles e lhes infunde uma nova força, um renovado vigor.

A experiência demonstra para os discípulos o sentido escatológico da atuação de Jesus e que a Igreja, comunidade de salvação, tem como dom especial a presença do Espírito. Daí porque tudo quanto é típico da vivência de Cristo e da Igreja é fruto do Espírito. A experiência do Espírito é a experiência da Igreja.

Portanto, iluminada pelo Espírito que lhe possibilita receber a comunicação de Cristo e transmiti-la ao

mundo, a Igreja se autocompreende como a Palavra de Cristo ao mundo no Espírito Santo.

Esta comunidade é a presença concreta de Cristo na história humana. Confessando que aquele que ressuscitou é o mesmo que foi crucificado, testemunha a todos a presença central de Cristo na história humana. Ela testemunha e é presença por sua práxis concreta que é a práxis imitativa, reiterativa da práxis de Cristo.

Tal como Deus se comunica por suas ações concretas em favor do povo; tal como Jesus comunicou o Pai por meio de seus sinais, seus gestos específicos no meio do povo; também a Igreja comunica Jesus Cristo por sua práxis. Portanto, a Igreja é presença de Cristo enquanto realiza a práxis de Cristo, que é a construção do reino num mundo conflitivo.

A construção do reino de Deus é feita através e sob o influxo do Espírito, que atua em toda parte onde se constrói a fraternidade. A comunicação de Deus aos homens se traduz em construção de fraternidade, construção esta cujo pressuposto fundamental é o pressuposto do Espírito: a encarnação.

b. A comunicação encarnada

Por isso, para falar ao mundo, a Igreja necessita falar a linguagem humana. Precisa encarnar-se no meio

das pessoas. Entretanto, a sua linguagem padece das mesmas ambigüidades, dos mesmos condicionamentos e limitações que padecia a linguagem de Jesus e de todas as pessoas. Desse modo, para poder limitar ao máximo estas ambigüidades e contornar os inevitáveis ruídos que ocorrem na comunicação humana, ela necessita de um profundo conhecimento desta linguagem, sob pena de permanecer eternamente incompreendida. Ora, este conhecimento da linguagem do povo exige um imergir na vida do povo, conviver com ele, adaptar-se às suas necessidades e às suas contingências históricas.

Este processo de adaptação histórica é encontrado já nos albos do cristianismo, quando os primeiros cristãos se depararam com o mundo helenístico na expansão da comunidade. Por isso, assumiram uma linguagem que lhes permitiu comunicar-se com o mundo grego.

Assim é a história da comunidade cristã através dos tempos. Enquanto atua na criação da ordem proclamada por Jesus Cristo, sob o influxo do Espírito Santo, ela experimenta a ambigüidade do processo histórico. Ambigüidade que faz com que, por uns, a sua palavra seja aceita e compreendida; por outros, mal-interpretada e rejeitada. Mais ainda, que faz com que pessoas que a compreenderam, atuando em liberdade, a rejeitem igualmente. Portanto, nesta realidade de um mundo ambí-

guo, de um mundo conflitivo, de um mundo pecador, a Igreja, a exemplo de Cristo, testemunha e presentifica a salvação e o juízo de Deus sobre a história humana.

Ainda hoje, a encarnação permanece como o critério eclesial para a comunicação de Cristo na história. Este critério exige que ela se encarne numa realidade concreta e assuma os riscos de sua comunicação. Esta comunicação não se dá de maneira teórica e alienada, mas em gestos concretos que levam à libertação. Libertação de todas as amarras, de todas as alienações, de todas as limitações, de todas as escravidões. Libertação, enfim, que significa, a exemplo de Cristo, dar um nome àqueles que não têm nome, não têm vez, não têm voz. Este nome é “MEUS IRMÃOS!” Tais pessoas, na sociedade contemporânea, são os pobres, os velhos, os marginalizados, os analfabetos, os meninos e meninas de rua, os sem-terra. Reconhecer o seu direito fundamental à comunicação, tratá-los como gente, como “tu”, e dialogar com eles é a missão que se espera e exige hoje desta comunidade que põe a sua esperança em Jesus Cristo e atua sob o influxo do Espírito Santo.

“Meus irmãos” são também aqueles que se debatem na ambigüidade da condição humana, que buscam a sua identidade e anseiam por comunicação. Contudo, buscam uma identidade egoisticamente (enquanto con-

fundem o “ser” com o “ter”) e procuram uma comunicação enquanto tornam os outros objetos a serviço de si, e não sujeitos do processo. Ao dar uma resposta a estes desesperados, lhes diz que a essência da comunicação humana está em relacionar-se com o outro como “tu”; como “tu” que presentifica o “TU” eterno.

Deste modo, na medida em que realiza esta ação fundamental na história e descobre quais os anseios que pulsam nos corações humanos, a comunidade fala ao mundo na linguagem humana. Das pessoas de hoje, vivendo numa sociedade capitalista, profundamente marcada pela técnica, mas, mesmo assim, amadas e remidas por Jesus Cristo, que a Igreja procura comunicar e do qual ela deseja ser palavra no Espírito Santo. Sem esta encarnação não será possível qualquer comunicação, qualquer transmissão da palavra de Jesus Cristo ao mundo de hoje.

c. A comunicação interna e externa

A ação comunicativa da Igreja desenvolve-se em dois vetores: *ad intra* e *ad extra*. O primeiro diz respeito aos processos comunicativos vividos e desenvolvidos no interior da própria comunidade. É importante que o Espírito, que impulsiona a comunidade, circule livremente no seu interior. Isso implica um aumento da vida comunitária

e a comemoração que expressa radicalmente esta vida.

A vida comunitária, com todos os canais de comunicação abertos, livres, acessíveis a todos, é expressão máxima e fundamental da comunicação divina. O amor, a partilha, a comunhão era o distintivo dos primeiros cristãos e o deve ser da comunidade hoje.

Na vida dos primeiros cristãos, segundo relato dos Atos dos Apóstolos, muito mais do que as palavras que, porventura, viessem a ser pronunciadas pelos apóstolos, fala ao povo a vivência comunitária deste grupo de homens e mulheres que punham a sua esperança num homem que fora crucificado e do qual davam testemunho que havia sido ressuscitado por Deus.

Esta vida comunitária implicava um momento de oração, um serviço aos irmãos necessitados, um comprometimento com aquele que sofre. Portanto, a comunicação entre si, fruto do fomento da justiça, adquiria um alto grau de profundidade no seio da comunidade. Todos aqueles que, na sociedade, eram desprezados, não possuíam um nome, não dispunham de uma classe, encontravam abrigo e identidade na comunidade daqueles que professavam a sua fé em Jesus Cristo. Portanto, o programa de vida de Jesus era e deve ser vivido integralmente na vida da comunidade.

Por sua vez, a comemoração que expressa radicalmente a vida comunitária é realizada pela celebração sacramental. Cada um dos sacramentos expressa um gesto salvador de Jesus em favor do povo. Este gesto é retomado e celebrado pela comunidade. São momentos simbólicos que atingem a pessoa em momentos cruciais: nascimento, morte, casamento, entrada na vida adulta, comunhão de vida e distribuição do perdão. No sacramento (= sinal simbólico), há a memória e a festa. Memória de um gesto salvador de Cristo e festa por haver este gesto acontecido em favor do povo.

Os sacramentos são comunicação porque, dentro da Igreja, são gestos simbólicos concretos, realizados em Cristo, que expressam, atualizando, a práxis de Cristo na história. São gestos concretos simbólicos que relembram o passado e prometem o futuro; são momentos densos de vida da Igreja, pois condensam tudo quanto ela é e deve ser.

Quando estas duas vertentes da comunicação intra-ecclesial são vividas e incentivadas na comunidade, então está havendo comunicação: tanto a horizontal, criação de fraternidade, quanto a vertical, abertura no Espírito à ação de Deus.

O segundo vetor relaciona-se com a ação missionária. A vida vivida, a comunicação desenvolvida não pode ficar fechada em um pequeno grupo de videntes. O seguimento de Jesus implica uma vocação universal para fazer de todos “seus discípulos”. Principalmente, envolve ir a todos aqueles que, nas diversas sociedades, não têm voz nem vez.

Realizar a práxis libertadora de Jesus – expressão de comunicação – é criar fraternidade num mundo que vive sem ela. Para isso, a comunidade deve ir e atuar junto àqueles que vivem numa condição subumana de vida, que lhes impossibilita entrar em diálogo com Deus, porque não podem entrar em diálogo com seus semelhantes, visto serem objetos e não sujeitos de sua história. A cumprir esta tarefa, a Igreja está mostrando a comunicação de Deus e com Deus. O diálogo entre as pessoas é o pressuposto fundamental para a comunicação com Deus. Ao ser palavra de Cristo ao mundo, a Igreja é fomentadora da comunicação das pessoas entre si e destas com Deus.

Esta tarefa, síntese, implica reconhecer que a comunicação é um direito de todos e promover uma verdadeira comunicação libertadora. E isso nos remete ao ponto seguinte: A comunicação libertadora na realidade latino-americana.

3. A Comunicação libertadora na realidade latino-americana

A questão da comunicação libertadora está diretamente ligada com os pressupostos da Teologia da Libertação. Aqui, é fundamental recordar o documento da UCBC¹³, anteriormente citado, que trata da relação da comunicação com a Teologia. Este documento afirma que “dentro da reflexão que se pretende – a relação entre Teologia e Comunicação –, o ponto de partida não deve ser nem a Teologia, nem a Comunicação, nem tampouco a Teologia da Comunicação ou a Comunicação da Teologia, mas deve ser a luta pela *LIBERTAÇÃO* para a qual convergem um tipo de Teologia – a Teologia da Libertação - e um tipo de Comunicação – a Comunicação Libertadora”¹⁴. A justificativa encontra-se na consciência de que a Teologia não liberta, mas é o mo-

mento de reflexão sobre uma ação libertadora, e que também a comunicação não liberta, pois necessita também ser libertada¹⁵.

A luta pela libertação se impõe como ponto de partida, porque a reflexão buscada está em um contexto social específico: a realidade dominada e escravizada do continente latino-americano. Daí a importância da libertação. A escravidão vivida pelo povo latino-americano tira-lhe a dignidade humana, cassa seu direito à palavra e à vida. O domínio exercido por uns poucos configura uma injustiça gritante, clamando ao céu por liberdade e justiça¹⁶.

Esta situação de injustiça é vista, “à luz da fé, como um escândalo e uma contradição com o ser cristão” e se explicita na “brecha constante entre ricos e pobres. O luxo de alguns poucos se converte em insulto contra a miséria das grandes maiorias”¹⁷. A expressão

13 União Cristã Brasileira de Comunicação Social, organização ecumênica que congrega agentes de pastoral da comunicação das igrejas cristãs, profissionais, professores, escolas, entidades e estudantes de comunicação social do Brasil. A UCBC foi fundada em São Paulo, em 1969. No âmbito internacional, é sócia da World Association for Christian Communication (WACC), membro da União Católica Latino-Americana de Imprensa (UCLAP) e da União Católica Internacional de Imprensa (UCIP). Sua sede encontra-se em São Paulo.

14 UCBC, op. cit., p. 19

15 Cf. idem, p. 19.

16 Cf. Idem, ibidem.

17 Puebla, nº 28.

desta situação de violação da liberdade e dos direitos humanos é descrita por Puebla com “feições concretíssimas”, e nas quais se reconhece “as feições sofredoras de Cristo, o Senhor, que nos *interpela e questiona*”¹⁸.

A fonte de toda essa escravidão encontra-se, tanto no coração humano quanto nas estruturas sociais injustas, criadas pelo ser humano, movido pelo egoísmo e pela lógica do anti-Reino.

A. A comunicação aprisionada

Com respeito à comunicação, se aceitamos os pressupostos de que a comunicação que não leva a um processo de libertação não é verdadeira comunicação, devemos nos questionar sobre o que necessita ser libertado, isto é, quais são as amarras que devem ser desfeitas, para que exerçamos uma prática de comunicação libertadora, no atual contexto de América Latina. Olhando esta realidade, tudo aponta para a exigência de trabalharmos na libertação da comunicação, que se encontra aprisionada¹⁹.

Existem elementos poderosos, impedindo que a comunicação seja livre e tenha, conseqüentemente, efeitos libertadores. É isso que aponta o Documento de Puebla, quando constata “o controle dos meios de comunicação social e a manipulação ideológica que exercem os poderes políticos e econômicos que se empenham em manter o *status quo*, e até em criar uma ordem nova de dependência/dominação ou subverter esta ordem para criar outra de sinal contrário. A exploração das paixões, dos sentidos, da violência e do sexo, com objetivos consumistas, constituem uma flagrante violação dos direitos individuais. Igual violação aparece na indiscriminação das mensagens, repetitivas ou subliminares, com respeito à pessoa e principalmente à família”²⁰. Isso com o agravante do monopólio da informação, manipulando as mensagens de acordo com interesses setoriais²¹.

Tendo em vista esta realidade, onde toda a comunicação é dirigida, vigiada, orientada para algum fim, muito mais que indagar sobre as condições de possibilidade para exercermos uma comunicação libertadora, devemos

18 Cf. Idem, n. 31-9. Grifo nosso.

19 Cf. UCBC, op. cit., p. 20.

20 Puebla, n. 1069.

21 Cf. idem, n. 1071.

buscar a maneira de trabalhar na libertação da comunicação para que, libertada, ela tenha efeitos libertadores²².

B. A Teologia da Libertação na realidade latino-americana

Na América Latina, a Teologia da Libertação não surge por geração espontânea. Ela tem uma história (relativamente) recente que se enraíza num contexto social específico, com suas lutas e suas conquistas²³.

No continente, a Teologia é uma novidade, pois se volta a relacionar muito mais concretamente com o acontecimento de fé e a espiritualidade das classes populares. Ela não nasce da academia, mas com base na prática dos cristãos pela libertação dos oprimidos²⁴. “Portanto, nascida das experiências de compromisso, quer ser um movimento de espiritualidade traduzida numa prática concreta pela presença dos cristãos no lutar cotidiano”²⁵.

Esta teologia, porque se articula com os interesses das classes subalternas, é chamada de *Teologia da Libertação*²⁶. Esta teologia possui algumas intuições básicas. A mais importante delas, cerne da pastoral da Igreja latino-americana, é a opção solidária pelos pobres e contra a sua pobreza. Esta opção se articula tanto no domínio político quanto ético e evangélico. Ao mesmo tempo, ela pensa com base na práxis, com os pobres ou em função deles. Ela é uma reflexão, baseada na práxis de pessoas comprometidas com a mudança²⁷. “Sua novidade metodológica é pensar dentro da prática; não colocar a prática e a libertação como tema, mas modificar a própria teologia por causa da prática. Ela é feita dentro da prática e em função dela”²⁸.

Nesta linha, a Teologia da Libertação permite a apropriação dos bens religiosos por parte do povo. A primeira desta apropriação é deixar que o povo leia e comente a Bíblia. Por último, a Igreja é vista como comuni-

22 Cf. UCBC, op. cit., p. 20.

23 Cf. DUSSEL, Enrique. Hipóteses para uma história da Teologia na América Latina, In: VÁRIOS. *História da Teologia na América Latina*. São Paulo: Paulinas, 1981. p. 165-96.

24 Cf. UCBC, op. cit., p. 21.

25 Idem, ibidem.

26 Cf. DUSSEL, op. cit., p.188.

27 Cf. UCBC, op. cit., p. 21.

28 Idem, p. 22.

dade libertadora e instrumento de libertação nas bases e como grande instituição²⁹.

C. A comunicação libertadora como “lugar teológico”

A Teologia é sempre um segundo momento, aquele da reflexão sobre uma ação libertadora. Atualmente, vivemos no continente uma situação de opressão e lutamos pela libertação. “Uma situação de liberdade envolve uma comunicação libertadora, pois é na comunicação que se tornam visíveis as situações de opressão e dominação”³⁰. É por isso que se diz que a comunicação é um lugar teológico importante, já que a Teologia, como foi dito, é o momento de reflexão sobre uma ação libertadora.

Entretanto, como vimos, tal como a Teologia, também a comunicação não liberta. “Ela própria deve ser libertada, pois, na sociedade atual, ela é uma realidade aprisionada. A dominação da comunicação está rela-

cionada com a ordem social. Na atual ordem social, não é possível haver uma comunicação libertadora, pois esta não está livre. Os processos de comunicação resultam dos processos sociais, políticos e econômicos existentes. Na medida em que a ordem social é repressiva, a comunicação está a serviço dessa ordem social repressiva. Daí porque lutar pela libertação social significa lutar pela libertação da comunicação”³¹.

Ora, a comunicação livre é um processo, uma relação com o outro, envolvendo uma dimensão de aprendizado mútuo. Por isso, a comunicação como processo não se identifica com os meios de comunicação que, na realidade latino-americana, encontram-se a serviço da opressão e da dominação econômica e cultural³².

“Deste modo, para pensar a comunicação libertadora é necessário pensar a cultura, redefinindo o seu conceito”³³. Por isso, Julio Barreiro afirma que “a prática da comunicação libertadora existe, na medida em que se nacionalizam os conteúdos da própria cultura, na medida

29 Cf. Idem, *ibidem*.

30 Idem, *ibidem*.

31 Idem, *ibidem*.

32 Cf. Idem, p. 23.

33 Idem, *ibidem*.

em que se liberta, por sua vez, da aculturação que querem nos impor os Dominadores”³⁴. Mais concretamente, esta prática libertadora vai existir na medida em que for superado o complexo de inferioridade que a aculturação pretende internalizar na nossa consciência mediante a ação sutil dos meios massivos³⁵.

O problema que se impõe é nacionalizar os conteúdos, as mensagens da cultura nacional, sempre em construção. A necessidade desta tarefa impõe-se, porque a cultura medeia todo o processo social. Daí ser imperioso pensarmos a questão da diferença, da diversidade e do pluralismo como categorias importantes para a reflexão sobre a relação entre comunicação e cultura³⁶.

Aqui na América Latina, “estamos na presença de várias culturas que respondem a distintas raízes, etnias, tradições, contribuições migratórias, formações históricas, econômicas e sociais, bem como o fato de que se trata de culturas ainda jovens. A América Latina está em construção”³⁷.

Nesta perspectiva, há a clara consciência de que a América Latina é “una e variada. Múltipla e, às vezes, ex-

tremamente diferente. Branca e negra. Índia e mestiça. Mulata e *chola*. Camponesa e proletária. Oligárquica e burguesa. Nacionalista até o *chauvinismo* e internacionalista até as abstrações. Industrializada e empobrecida. Minoritariamente rica e majoritariamente pobre, às vezes, até a miséria absoluta. Sã e enferma. Jovem e velha. Crente e atéia. Revolucionária e reacionária”³⁸.

Evidentemente, esta diversidade não pode ser esquecida quando pensamos o problema da comunicação libertadora. A aceitação deste posicionamento exige a mudança do lugar social e do “lugar cultural” de quem reflete teologicamente, tendo como fundamento a comunicação libertadora/libertada.

“As mensagens da comunicação libertadora têm como missão, entre outras, contribuir para a configuração e a articulação de uma cultura latino-americana. Não é uma tarefa fácil, mas tampouco impossível. Não é fácil, porque a cultura latino-americana está em construção. Não é impossível, porque a transformação da realidade de nossos povos colonizados e submetidos iniciou-se há

34 BARREIRO, Julio. *Comunicación y Humanización*. Buenos Aires: Tierra Nueva, 1984. p. 89.

35 Cf. Idem, p. 89.

36 Cf. UCBC, op. cit., p. 23.

37 BARREIRO, op. cit., p. 89.

38 Idem, p. 90.

várias gerações, e continua desenvolvendo-se – como indicam seus processos de libertação – até que aquela cultura comum termine por configurar-se”³⁹.

Por outro lado, “uma cultura que nacionalizar seus conteúdos, ao mesmo tempo que acaba com os resíduos estrangeirizantes que durante tanto tempo a alienou, mostra os sinais inequívocos dos caminhos que aquelas mensagens estão chamando a recorrer”⁴⁰. Estes sinais são: construção da unidade latino-americana; importância de conteúdos que ajudem as pessoas a compreender o que é o povo; e importância de conteúdos de comunicação que ajudem a identificar a nação com o povo⁴¹.

De outra parte, a comunicação libertadora não pode prescindir das alternativas oferecidas pela cultura popular. Ela restaura a intercomunicação real e é um dos firmes fundamentos da consolidação da vida democrática de uma sociedade. Como suas fontes são espontâneas e sociais, a comunicação libertadora vive numa permanente libertação de forças novas. Por isso, “entre os cria-

dores da cultura popular e os agentes preocupados em elaborar as alternativas de uma comunicação libertadora pode se produzir um intercâmbio riquíssimo do qual a comunidade social será beneficiada”⁴².

Quando aceitamos a cultura popular, aceitamos também a presença do lúdico e da gratuidade na vida das pessoas. Entretanto, a gratuidade coloca-nos diante da grande contradição: trabalhar com os meios de comunicação na sociedade capitalista, onde a lei fundamental é a do mercado, e a lógica é a do capital, do lucro. Diante disso, é necessário pensarmos a ação libertadora possível. Como, numa sociedade injusta, lutar-se por outra comunicação? Essa outra comunicação – que se pretende libertadora – terá que superar uma série de limitações numa sociedade injusta. Eis porque é necessário pensar quais são as formas de ação possível no contexto injusto no qual se vive, em uma sociedade que nega à maior parte da população os direitos mínimos fundamentais, mormente o de comunicação.

39 Idem, *ibidem*.

40 Idem, p. 91.

41 Cf. Idem, p. 91, 95, 98.

42 Idem, p. 117.

Sem pensar esta contradição, é impossível pensar uma ação possível no domínio da comunicação. Caso contrário, correremos o risco de ficar na denúncia e não serão propostas alternativas de libertação⁴³.

Quando se relaciona com a cultura popular, a comunicação libertadora pensa a contradição existente na sociedade capitalista e propõe alternativas para uma ação possível. Desse modo, pode tornar-se norma da reflexão teológica, visto que a comunicação libertadora/libertada é expressão visível das relações existentes na comunidade que experimentou a salvação.

4. Evangelização e comunicação como tarefa dos cristãos

Depois de ter visto o problema da relação entre a Teologia e a comunicação, os fundamentos teológicos da comunicação do ponto de vista bíblico e a questão da comunicação libertadora, detenhamo-nos um pouco no problema da evangelização e da comunicação. Para isso, vejamos a Pastoral da Comunicação.

43 Cf. UCBC, op. cit., p. 27-8.

44 DECOS/CELAM. *Comunicação: Missão e Desafios*. São Paulo: Paulinas, 1989. p.276.

45 PAULO VI. *Evangelii Nuntiandi*, n. 24.

A. A Pastoral e a Pastoral da Comunicação

Para tratar do tema da Pastoral da Comunicação, em primeiro lugar, devem ser explicitados alguns conceitos. O que é Pastoral? O que é Pastoral da Comunicação?

Segundo uma obra produzida pelo Departamento de Comunicação Social do Conselho Episcopal Latino-americano(DECOS/CELAM), a história da Teologia Pastoral manifesta as diversas concepções que foram dadas ao termo pastoral⁴⁴. Estas concepções iam desde uma ação restrita aos agentes hierárquicos até uma identificação com o próprio termo “evangelização”. Este último definido por Paulo VI como uma diligência complexa em que há variados elementos: renovação da humanidade, testemunho, anúncio explícito, adesão do coração, entrada na comunidade, aceitação dos sinais e iniciativas de apostolado. Esses elementos, na aparência, podem afigurar-se contrastantes. Na realidade, porém, eles são complementares e reciprocamente enriquecedores uns dos outros. É necessário encarar sempre cada um deles na sua integração com os demais⁴⁵. Desse modo, envolve a proclamação da Boa-Nova da salvação na Liturgia, or-

ganização dos crentes em comunidade, edificação de uma nova sociedade, diálogo com os que não têm fé, com vistas a um trabalho conjunto em favor do desenvolvimento integral da humanidade.

Assim, a pastoral, em sua interpretação contemporânea, vem a ser a atuação concreta da Igreja como Sacramento de Comunhão nos distintos âmbitos em que se desenvolve com respeito às diversas dimensões do homem e da sociedade⁴⁶. Infere-se daí que o trabalho no campo da comunicação se insere nesta perspectiva, já que o homem também atua no âmbito comunicacional.

Com respeito à Pastoral da Comunicação, dela afirma Ismar de Oliveira SOARES: é a pastoral do ser/estar em comunhão/comunidade; a pastoral da participação; a pastoral da produção e revisão dos bens simbólicos, que tornam possível o inter-relacionamento democrático entre as pessoas; a pastoral da valorização das expressões da cultura humana. A Pastoral da Comunicação pode incluir – e o deve – o uso dos meios e sua boa relação com os empresários e trabalhadores do setor, mas é anterior a estas ações e as orienta⁴⁷.

Entretanto, a Pastoral da Comunicação refere-se especificamente à comunicação. Portanto, diz respeito ao anúncio da Boa-Nova da Salvação, se aceitarmos a identificação da *Evangelii Nuntiandi*, em termos de comunicação. Aliás, o Documento de Puebla já afirma que evangelização é comunicação⁴⁸. Logo, o trabalho da Pastoral da Comunicação vai estar diretamente ligado à maneira como compreendemos o processo de comunicação.

B. Compreensão de Comunicação

No processo de mudança social e cultural existe uma interação e uma interdependência entre comunicação e o ser humano, pois aquela é um elemento inerente à condição humana e existe desde o aparecimento do ser humano no mundo, e este, para satisfazer suas necessidades básicas mediante o trabalho, sentiu a necessidade de relacionar-se, de agrupar-se, de colaborar com os outros. Esta necessidade explicita-se como uma necessidade de comunicação. Dessa forma, a comunicação é um fato e uma necessidade social. Provido do latim *comunis*, afirma que, quando nos

46 DECOS/CELAM, op. cit., p. 278

47 SOARES, Ismar de Oliveira (org.). *Como Organizar a Pastoral da Comunicação*. São Paulo: Paulinas, 1989. p.16

48 PUEBLA. *A Evangelização no Presente e no Futuro da América Latina*. São Paulo: Loyola, 1979. (Edição Brasileira, n. 1063)

comunicamos, estamos tentando estabelecer uma comunidade com alguém. Daí porque Ismar de Oliveira SOARES afirma da Pastoral da Comunicação: é a pastoral do ser/estar em comunhão/ comunidade.

Para compreender a estrutura da comunicação, pode-se realizar uma aproximação com o campo da educação, pois, a cada tipo de educação corresponde uma determinada concepção e uma determinada prática da comunicação⁴⁹. Podemos complementar que a cada tipo de comunicação corresponde uma determinada prática de Pastoral da Comunicação.

Existe um primeiro tipo de educação que põe ênfase nos conteúdos. Ele corresponde à educação tradicional, baseada na transmissão de conhecimentos e valores de uma geração para outra. Segundo a concepção de Paulo Freire, esta é a “educação bancária”. O importante, para este tipo de educação, é o SABER.

Neste modelo, a comunicação é compreendida como transmissão de informações. Existe um emissor(E) que envia uma mensagem(M) a um receptor(R). Como vemos, é um monólogo. Uma só via. Um processo unidirecional.

Um segundo modelo de educação é aquele que põe ênfase nos efeitos. Corresponde à chamada “engenharia do comportamento” e consiste essencialmente em modelar a conduta das pessoas com objetivos previamente estabelecidos. Pode ser compreendido como uma “educação manipuladora”, em que se valoriza sobremaneira o FAZER.

Aqui, a comunicação é compreendida como persuasiva. Um emissor que envia uma mensagem a um receptor que dá uma resposta ou reação, denominada retroalimentação, que é recolhida pelo emissor. O importante são os efeitos a serem conseguidos. Acontece uma falsa participação, uma vez que a retroalimentação é uma concessão do emissor ao receptor.

O terceiro modelo de educação põe ênfase no processo, isto é, destaca o processo de transformação da pessoa e das comunidades. Preocupa-se mais com a interação dialética entre as pessoas e sua realidade; preocupa-se com o desenvolvimento de suas capacidades intelectuais e de uma consciência social. Utiliza o método ação-reflexão-ação, compreendendo-se como “educação problematizadora” e valoriza o PENSAR.

49 KAPLUN, Mario. *El Comunicador Cristiano*, Quito: CIESPAL, 1986. p. 17

Nesta visão, o ser humano é, ao mesmo tempo, emissor e receptor. Num neologismo criado por Clotier, é um EMIREC. Comunicação é a relação comunitária humana, que consiste na emissão/recepção de mensagens entre interlocutores em estado de total reciprocidade, conforme a compreensão de Antônio PASQUALI. Ou, na explicitação de Luis Ramiro Beltrán, é o processo de interação social e democrática, baseado no intercâmbio de signos, pelo qual os seres humanos compartilham voluntariamente experiências sob condições livres e igualitárias de acesso, diálogo e participação.

C. A Pastoral da Comunicação

A preocupação com a Pastoral da Comunicação, por parte da Igreja, sempre se moveu dentro do marco da educação. No caso, a educação do senso crítico. Portanto, a compreensão do que se pode e deve realizar neste campo sempre esteve ligada ao conceito que se afirmava de educação. Num momento, se privilegiou o saber, noutra o fazer e, mais recentemente, o pensar. Entretanto, esta foi uma longa história, e uma

longa caminhada – não totalmente terminada – percorrida pelo pensamento e ação eclesiais. Ismar de Oliveira Soares traça uma visão panorâmica muito rica deste processo⁵⁰.

Deste modo, a Pastoral da Comunicação se preocupou, num primeiro momento, com a qualidade das mensagens que os meios de comunicação transmitiam para as pessoas. Identificavam-se nestas mensagens as idéias que contrariavam a moral e os bons costumes, bem como o pensamento cristão sobre o mundo, as pessoas e as coisas. Não podemos esquecer que a Igreja Católica estava rompida com o mundo moderno. Pio XI diz na encíclica *Vigilanti Cura* que a produção cinematográfica estava rebaixando o senso moral dos espectadores e ferindo a lei natural e humana⁵¹. Sua preocupação centrava-se nos efeitos que o cinema tinha nas consciências mais jovens, nas quais o senso moral está em formação, quando se desenvolvem as noções e os sentimentos de justiça e retidão dos deveres e das obrigações, do ideal da vida⁵². Desta posição, advém a cotação moral dos filmes, os centros de cinema. A preocupação era formar, ensinar o reto uso dos meios.

50 SOARES, Ismar de Oliveira. *Do Santo Ofício à Libertação*. São Paulo: Paulinas, 1988.

51 PIO XI. *Vigilanti Cura*, n. 7.

52 Idem, n. 25.

Também na linha da formação crítica, do ensino para melhor usufruir dos meios situa-se a Encíclica *Miranda Prorsus*, de Pio XII. Diz o Papa que formar para assistir de maneira consciente, e não passiva, aos espetáculos fará diminuir os perigos morais, permitindo, ao mesmo tempo, ao cristão aproveitar de todos os conhecimentos novos do mundo para elevar o espírito até a meditação das grandes verdades de Deus⁵³. Para Ismar de Oliveira Soares, a fundamentação de Pio XII para o seu projeto é explicitamente moralista; o projeto admite várias frentes, sendo as principais a coibição e a formação do usuário com base nas normas morais; o conteúdo programático da formação passava pelas próprias normas e pelo estudo da linguagem de cada um dos modernos veículos⁵⁴.

Portanto, o importante, na Pastoral da Comunicação, era ensinar, para que os usuários soubessem como agir diante das mensagens dos meios. Sabendo a verdadeira doutrina, as verdades morais e cristãs, os fiéis estariam vacinados contra os perigos dos novos meios.

Num segundo momento, a Pastoral da Comunicação se preocupou com o uso dos meios. Já estamos

em fase do Concílio Vaticano II, quando a Igreja se reconciliou com o mundo moderno. Uma das maravilhas do mundo moderno eram os meios de comunicação social. O Documento Conciliar *Inter Mirifica* – mesmo que ainda permaneça numa visão moralista – louva estes meios como maravilhas do engenho humano. Entre as admiráveis invenções da técnica, que, de modo particular nos tempos atuais, com auxílio de Deus, o engenho humano extraiu das coisas criadas, a Mãe Igreja, com especial solicitude, aceita e faz progredir aquelas que, de preferência, se referem ao espírito humano, que rasgaram caminhos novos de comunicação fácil de toda sorte de informações, pensamentos e determinações da vontade⁵⁵. Nesta linha continua. Dentre estas invenções, porém, destacam-se aqueles meios que não só por sua natureza são capazes de atingir, movimentar os indivíduos, mas as próprias multidões e a sociedade humana inteira, como a imprensa, o cinema, o rádio, a televisão e outros deste gênero, que, por isso mesmo, podem ser chamados com razão de Instrumento da Comunicação Social⁵⁶.

53 PIO XII. *Miranda Prorsus*, n. 7.

54 SOARES. *Do Santo Ofício*, p. 127.

55 CONCILIO VATICANO II. *Inter Mirifica*, n. 1.

56 Idem, *ibidem*.

Um documento posterior, emanado da Pontifícia Comissão dos Meios de Comunicação Social sob ordem do Concílio, vai dar aos meios de comunicação o objetivo de promover a “comunhão e o progresso” da convivência humana. A comunhão e o progresso da convivência humana são os fins primordiais da comunicação social e dos meios que emprega, como a imprensa, o cinema, a rádio e a televisão. Com o desenvolvimento técnico desses meios, aumenta a facilidade com que maior número de pessoas, e cada um em particular, lhes pode ter acesso; aumenta, também, o grau de penetração e influência na mentalidade e comportamento das mesmas pessoas⁵⁷.

Como vemos, não mais existe a condenação pura e simples. Ao contrário, a Igreja descobriu o valor dos meios. Daí que a Pastoral da Comunicação vai acentuar o FAZER. Estes meios podem ser um instrumento adequado para atingir as pessoas, moldar-lhes a personalidade, modificar-lhes o comportamento. Daí que a preocupação seja utilizar os meios para atingir determinado fim: transmitir a mensagem evangélica para todos os cantos da terra. O que se mede é a eficácia dos meios. Se atinjo as pessoas e mudo o seu comportamento, faço

uma boa comunicação. Caso isso não aconteça, o erro está na minha maneira de utilizar os meios, em si bons e instrumentos de comunhão e do progresso humano.

Com o tempo, evoluiu-se para uma compreensão mais abrangente da comunicação. Assim como a educação põe ênfase no processo, destacando a transformação da pessoa e das comunidades, do mesmo modo a Pastoral da Comunicação vai se preocupar com o processo comunicacional que se estabelece entre as pessoas e na sociedade em geral.

A grande preocupação da Pastoral da Comunicação vai residir em valorizar o PENSAR, isto é, compreender os mecanismos sociais que impedem que os indivíduos e as comunidades sejam sujeitos ativos de sua comunicação.

Para chegar a isso, a reflexão eclesial caminhou muito, principalmente na América Latina. Por isso, constatada, incipientemente, em Medellín, que muitos destes meios estão vinculados a grupos econômicos e políticos nacionais e estrangeiros, interessados em manter o *status quo* social⁵⁸. Entretanto, foi em Puebla que esta consciência aflorou com mais vigor. Já num documento prepara-

57 PONTIFÍCIA COMISSÃO PARA OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. *Communio et Progressio*, n. 1.

58 MEDELLIN. Documento 16, n. 2.

tório, o CELAM dizia que a comunicação social, na América Latina, encontrava-se sumamente condicionada por esta realidade sociocultural. Mais ainda, constitui um dos fatores determinantes que sustentam tal situação⁵⁹. Mais adiante, reforça que a comunicação social (...), ao mesmo tempo que vincula o homem a um universo mais amplo, o coloca frente ao risco de isolar-se de sua comunidade mais imediata. Recorre-se freqüentemente à manipulação e à persuasão que acarreta a despersonalização do homem, inculcando-lhe falsos papéis sociais e modelos de comportamento frente ao social, ao econômico, ao moral e ao religioso⁶⁰.

Por outro lado, reconhece que a comunicação social é um dos fatores em jogo na situação de conflito social que vive a América Latina. Os grupos de poder, político e econômico, que dominam os meios, obstaculizam a comunicação dos setores marginalizados e criam dificuldades para a expressão dos comunicadores responsáveis. Isso se manifesta na constante violação dos direitos hu-

manos, na aplicação da censura, nas arbitrariedades e nos abusos econômicos aos quais se vêm submetendo tanto as instituições quanto os profissionais da comunicação social comprometidos com a causa da justiça⁶¹.

O Documento de Puebla apóia-se neste documento para refletir sobre a comunicação social. Por isso, denuncia o controle sofrido pelos meios e a manipulação ideológica exercida pelos poderes políticos e econômicos que se empenham em manter o *status quo* e em criar uma ordem de dependência-dominação ou, pelo contrário, em subverter essa ordem para criar outra de sinal contrário⁶².

Denuncia, outrossim, o monopólio da informação exercido tanto pelos governos quanto pelos interesses privados. Este monopólio permite o uso arbitrário dos meios de informação e a manipulação das mensagens de acordo com interesses setoriais⁶³.

A compreensão da comunicação, com base no processo estabelecido na sociedade, no Brasil, foi expli-

59 Citado por SPOLETINI, Benito. *Comunicación e Iglesia Latinoamericana*. Buenos Aires: Paulinas, OCIC-AI, Unda-AI, UCLAP, WACC, 1985. p. 172.

60 Idem, ibidem.

61 Idem, p. 173-4.

62 PUEBLA. op. cit., n. 1069.

63 Idem, n. 1070.

tada tanto na Carta aos Comunicadores⁶⁴ quanto no texto-base da Campanha da Fraternidade de 1989⁶⁵.

Fundamentado em todos estes pressupostos, o trabalho pastoral no campo da comunicação objetiva que todos conheçam, compreendam e experimentem a realidade da comunicação social. O trabalho, dessa maneira, concentra-se em fazer com que as pessoas experienciem o processo comunicacional que acontece no interior das comunidades. Ao mesmo tempo, relacionem este processo ao macroorganismo da comunicação da sociedade, identificando o autoritarismo, a verticalidade e a unidirecionalidade da comunicação.

Conseqüentemente, a Pastoral da Comunicação concentra-se em realizar uma educação para a comunicação, em que cada indivíduo, grupo ou comunidade, exerça seu direito fundamental à comunicação. Este direito, fundamental e primário, identifica-se com o direito de ser. Mesmo quando se executa um trabalho pelos meios de comunicação, tem-se em mente criar condições para que a palavra da comunidade flua viva e livre.

Noutras palavras, a Pastoral da Comunicação objetiva que o ser humano seja um emissor/receptor. Assim,

busca-se criar condições para o estabelecimento de uma comunicação dialógica.

Conclusão

Cumprir dizer que, embora tenhamos feito uma divisão didática e histórica de posições tomadas pela Igreja na Pastoral da Comunicação, estas visões nunca se dão de maneira quimicamente pura. Conquanto cada uma delas se identificou com uma fase histórica do pensamento e do agir eclesial, elas ainda subsistem hoje, convivendo, de maneira dialética e conflitiva, na prática pastoral da Igreja. O trabalho é cíclico. É processual. Explicita-se e aperfeiçoa-se enquanto se desenvolve.

Porque é histórico e dialético, este processo de Pastoral da Comunicação não é linear e é sempre positivo. Há períodos de retrocesso e momentos de estagnação. A tentação de se voltar às experiências conhecidas e já provadas é muito grande, pois aceitar a comunicação como processo implica enfrentar o novo e o inusitado no trabalho pastoral, isto é, implica democra-

64 Emanada, em 1984, da Equipe de Reflexão do Setor de Comunicação Social da CNBB.

65 CNBB. *Comunicação para a Verdade e a Paz*. São Paulo: Paulinas, 1989.

tizar a comunicação e, numa democracia, nunca se tem a certeza absoluta e a garantia antecipada dos rumos que as coisas irão tomar. Não é, nem pode ser, um jogo de cartas marcadas. Isso assusta os espíritos acostumados em ter a última palavra, em falar sempre, sem escutar o que os interlocutores têm a dizer. Assusta, principalmente, aqueles que se colocam numa perspectiva de donos da verdade; aqueles que, embora o caminhar histórico, ainda pensam que existem os que sabem e devem ensinar e os que não sabem e devem escutar e aprender.

O grande desafio da Pastoral da Comunicação hoje é superar a visão instrumentalista dos meios e trabalhar na perspectiva de discutir os processos comunicacionais e do estabelecimento de políticas democráticas de comunicação na Igreja e na sociedade.

Referências bibliográficas

- BARREIRO, Julio. *Comunicación y Humanización*. Buenos Aires: Tierra Nueva, 1984.
- CNBB. *Comunicação para a Verdade e a Paz*. São Paulo: Paulinas, 1989.
- CONCILIO VATICANO II. *Inter Mirifica*.
- DECOS/CELAM. *Comunicação: Missão e Desafios*. São Paulo: Paulinas, 1989.
- DECOS-CELAM. *Para uma Teologia da Comunicação*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- DUSSEL, Enrique. Hipóteses para uma história da Teologia na América Latina. In: VÁRIOS. *História da Teologia na América Latina*. São Paulo: Paulinas, 1981.
- GOMES, Pedro Gilberto.*Deus rompeu o silêncio!* 2.ed. São Paulo: Paulinas, 1980.
- GOMES, Pedro Gilberto. *Direito de Ser*. A ética da comunicação na América Latina. São Paulo: Paulinas, 1989.
- KAPLUN, Mario. *El Comunicador Cristiano*. Quito:CIESPAL,1986.
- PAULO VI. *Evangelii Nuntiandi*.
- PIO XI. *Vigilanti Cura*.
- PIO XII. *Miranda Prorsus*.
- PONTIFÍCIA COMISSÃO PARA OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. *Communio et Progressio*.
- PUEBLA. *A Evangelização no Presente e no Futuro da América Latina*. São Paulo: Loyola, 1979. Edição Brasileira.
- SOARES, Ismar de Oliveira (org.).*Como Organizar a Pastoral da Comunicação*. São Paulo: Paulinas, 1989.
- SOARES, Ismar de Oliveira. *Do Santo Ofício à Libertação*. São Paulo: Paulinas, 1988.
- SPOLETINI, Benito. *Comunicación e Iglesia Latinoamericana*. Buenos Aires: Paulinas, OCIC-Al, Unda-Al, UCLAP, WACC, 1985.
- UCBC. *Comunicação, Teologia e Libertação*. São Paulo: Loyola, 1985.



Pedro Gilberto Gomes (1946), jesuíta, é natural de Blumenau (SC). É graduado em Filosofia, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS (1973) e doutor em Ciências da Comunicação, pela Universidade de São Paulo, USP (1991). Sua tese intitula-se *Para uma história da UCBC*. Desde 1998, é professor e pesquisador no Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da UNISINOS. Em 1998, foi vice-reitor e, em 2002, pró-reitor de Ensino e Pesquisa na UNISINOS. Atualmente, exerce a função de pró-reitor acadêmico na mesma universidade.

Publicações:

GOMES, P. G. *Tópicos de Teoria da Comunicação. Processos Midiáticos em Debate*. 2. ed. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004. v. 1. 191 p.

_____. *Processos midiáticos e construção de novas religiosidades. Dimensões históricas. Cadernos IHU*, São Leopoldo, ano 2, n.8, 2004.

COGO, D. M.; GOMES, P. G. *Televisão, Escola e Juventude*. Porto Alegre: Mediação, 2001. v. 1. 120 p.

GOMES, P. G.; COGO, D. M. *O Adolescente e A Televisão*. São Leopoldo: IEL/EdUnisinos, 1998.

GOMES, P. G. *Comunicação. Filosofia. Ética. Política*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1997.